



Ano III - nº 32 - Setembro de 2022

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Andreia Fernandes de Souza Manuel Francisco Neto Vilma Maria da Silva Organização:

Manuel Francisco Neto Vilma Maria da Silva

Colunistas: Cleia Teixeira da Silva / José Wilton dos Santos Colunista: Isac dos Santos Pereira

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

- Aline Lima Carvalho
- Aline Pereira Matias
- Celestina Silepo
- Elisângela Oliveira Silva
- Gabriela Amorim Guerra Bezerra
- Geni Santana Cardoso
- Ilda Helena Domiciano Paukoski
- Ismenia Maria Pires Vaz
- Jonatas Hericos Isidro de Lima

- Josefa Bezerra de Meneses
- Mateus Canivonga e Bela Cadete
- Neide Benedita de Moraes
- Rosinalva de Souza Lemes
- Rubia Mara Requena dos Santos
- Silvana Trindade de Azevedo
- Solange Alves Gomes Zaghi
- Tatiane Pavão Ongaro Borges
- Vanessa Izidorio de Arruda Domingues

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano III, n. 32 (set. 2022). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2022.

118 p. : il. color Bibliografia Mensal

Modo de acesso: https://primeiraevolucao.com.br

ISSN 2675-2573 (on-line)

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede - Bibliotecária - CRB-8/5877

ACESSOS:

https://primeiraevolucao.com.br



https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.32





Publicação Mensal

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Comissão editorial:

Antônio Raimndo Pereira Medrado José Roberto Tenório da Silva Manuel Francisco Neto Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima Andreia Fernandes de Souza Denise Mak Isac dos Santos Pereira Patrícia Tanganelli Lara Thais Thomas Bovo

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeílson Batista Lins Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt Profa. Esp. Ana Paula de Lima Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza Profa. Dra. Denise Mak Prof. Me. Isac dos Santos Pereira Prof. Dr. Manuel Francisco Neto Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara Profa. Dra. Thais Thomaz Bovo Profa. Ma. Veneranda Rocha de Carvalho

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Mestranda Cleia Teixeira da Silva Prof. Doutorando Isac dos Santos Pereira Prof. Mestrando José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado José Roberto Tenório da Silva Lee Anthony Medrado

Tel. 55(11) 98031-7887 Whatsapp: 55(11) 99543-5703 primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo) netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda) https://primeiraevolucao.com.br

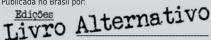
Imagens, fotos, vetores etc:

https://publicdomainvectors.org/ https://pixabav.com https://www.pngwing.com https://br.freepik.com

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam. necessariamente, a opinião da revista.

Publicada no Brasil por:



CNPJ: 28.657. 494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela Edições Livro Alternativo para auxiliar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

O corpo editorial da revista é formado por professores, especialistas, mestres e doutores que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação. É totalmente financiada por professoras e professores, e distribuida gratuitamente.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de sofwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores e autores independentes.

PRINCÍPIOS:

O trabalho voltado (principalmente) para a educação, cultura e produções independentes;

O uso exclusivo de softwares livres na produção dos livros, revistas, divulgação, palestras, apresentações etc desenvolvidas pelo grupo; A ênfase na produção de obras coletivas de profissionais da educação;

Publicar e divulgar livros de professores(as) e autores(as) independentes e/ou produções marginais;

O respeito à liberdade e autonomia dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à diversidade.

Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores. Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.















www.primeiraevolucao.com.br



05 APRESENTAÇÃO

Profa. Dra. Andréia Fernandes de Souza

16 DESTAQUE

Prof. RAIMUNDO ALCEU DOS SANTOS FILHO

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

COLUNAS

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira

08 Semeando Ideias

Cleia Teixeira da Silva / José Wilton dos Santos



ARTIGOS

	Aline Lima Carvalho	19	
*	2. A PEDAGOGIA DE PROJETOS E O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES Aline Pereira Matias	23	
*	3. DESENVOLVIMENTO DO POVO PARA POVO NAS PROVÍNCIAS DE BENGO, LUANDA E HUAMBO (1993-20 PERSPECTIVA HISTÓRICO-EDUCATIVA Celestina Silepo	013) 27	Ν
*	4. O ENFRENTAMENTO À DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA Elisângela Oliveira Silva	35	
	5. A ARTE E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL Gabriela Amorim Guerra Bezerra	45	
	6. A IMPORTÂNCIA DA CULTURA DIGITAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL Geni Santana Cardoso	51	
	7. A ARTE CONTEMPORÂNEA NA ESCOLA Ilda Helena Domiciano Paukoski	55	
	8. A AVALIAÇÃO ESCOLAR E O ALUNO NESSE PROCESSO FORMATIVO Ismenia Maria Pires Vaz	61	
	9. O LETRAMENTO E DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES NO ENSINO FUNDAMENTAL Jonatas Hericos Isidro de Lima	67	
	10. O LÚDICO COMO INSTRUMENTO NA FORMAÇÃO MORAL DA CRIANÇA Josefa Bezerra de Meneses	73	
	11. PLANO CURRICULAR NO ENSINO SECUNDÁRIO DO PRÉ-UNIVERSITÁRIO (PUNIV)-LUANDA-ANGOLA Mateus Canivonga e Bela Cadete	79	
	12. PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO AMBIENTE ESCOLAR Neide Benedita de Moraes	85	
	13. CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL Rosinalva de Souza Lemes	91	
	14. A EVOLUÇÃO DO E-LEARNING E SUAS PRINCIPAIS FERRAMENTAS DIGITAIS Rubia Mara Requena dos Santos	95	
	15. A HORA DA HISTÓRIA E O PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM Silvana Trindade de Azevedo	101	ı
	16. A ALFABETIZAÇÃO DESDE A TENRA IDADE Solange Alves Gomes Zaghi	107	7
	17. A IMPORTÂNCIA DA PSICOPEDAGOGIA NA ALFABETIZAÇÃOE LETRAMENTO Tatiane Pavão Ongaro Borges	111	ı
	18. O DESENHO COMO LINGUAGEM ARTÍSTICA Vanessa Izidorio de Arruda Domingues	115	5

APRESENTAÇÃO

os fins de semana me deparo com o pé-de-caqui. Seco, estagnado, galhos sem nenhuma perspectiva, parecendo com aquelas árvores de filmes de terror. Olho e penso acho que realmente ele morreu dessa vez. Nenhum inseto, nenhum broto, nada, investigo e percebo algum pedaço sem vida, faço a poda e concluo que não tem mais jeito.

Eis que a chuva, o frio, o calor e a intensidade da primavera chegam. O caquizeiro parece viver uma nova paixão. Se abre ao novo, lança suas folhas, suas flores e em menos de duas semanas é uma nova árvore, daquelas que conseguimos nos proteger do sol. Frondosa, acolhedora, me engana de novo, mais um ano. Logo disputaremos com as aves seus frutos.

Nosso trabalho vislumbra alguns caquizeiros ao longo do ano, parecem não estarem aqui, mas quando se dão conta de seu processo, crescem,produzem e nos encantam.

Que nesta chegada da primavera a edição de setembro sirva para inspirar, acorde aqueles projetos que você tem vontade de realizar, dê frutos e compartilhe com os demais.

Boa leitura! Boa plantação! E claro, boas colheitas!





A AVALIAÇÃO ESCOLAR E O ALUNO NESSE PROCESSO FORMATIVO

ISMENIA MARIA PIRES VAZ

RESUMO

A avaliação pedagógica no âmbito escolar ocupa um espaço importante nos planejamentos pedagógicos do professor, sendo um instrumento apresentado aos discentes como forma de atribuir notas a determinadas atividades realizadas, reprovar o aluno no ciclo de formação ou aprová-lo para o ciclo seguinte. O artigo busca apresentar várias maneiras de fazer um diagnóstico da turma, dentre as propostas estão: propor situações problemas, formar rodas de conversas, produção e interpretação de textos, entre outras atividades além das avaliações comuns ao sistema pedagógico. Cada disciplina tem seus conteúdos e particularidades, sendo assim, o professor pode obter dados e objetivos diversos dentro do processo educativo. Dessa forma, o artigo busca relacionar o aluno aos conhecimentos adquiridos dentro de um processo de construção da aprendizagem, a avaliação nesse processo será diagnóstica dentro dos problemas apresentados, necessária para o processo de conhecimentos pedagógicos e contínua com análises comparativas dentro dos objetivos estabelecidos.

Palavras-chave: Aluno. Aprendizagens. Avaliar. Educação. Formação.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as questões referentes à avaliação passaram a ter um crescente papel de protagonista, até se converterem em um dos focos prioritários de atenção nas análises, reflexões e debates pedagógicos e psicopedagógicos. Iniciaremos por uma breve retomada histórica da educação no mundo e, especialmente no Brasil, e traçaremos as tendências da sua estruturação em tempos de globalização, percorrendo os desafios encontrados no caminho pelo educador/educando, e realizaremos encaminhamentos para o processo de adaptação e permanência da criança na escola.

A prática da avaliação escolar tem a função de levantar o que os estudantes sabem e como resolvem situações-problemas, ocupando bastante espaço dentro do planejamento pedagógico do professor. De acordo com VASCONCELLOS (1993), o que se observa hoje, basicamente, na escola é um tipo de avaliação tradicional, autoritária, visando apenas constatar e não intervir. Para PERRENOUD (1999), a avaliação é uma tortura, algo gerado nos colégios por volta do século XVII e tomada indissociável do ensino em massa que conhecemos desde o século XIX com a escolaridade obrigatória. Segundo SOUZA (2004), o conceito de avaliação de aprendizagem, tem como alvo o julgamento e a classificação do aluno, porque a competência ou incompetência do aluno resulta, em última instância, da competência ou incompetência da escola.

Segundo o pesquisador norte-americano David Paul Ausubel (1918-2008), os conhecimentos prévios são pontos de ancoragem para que os novos aprendizados façam sentido, isso é essencial para uma aprendizagem significativa, que é construída e se mantém durante toda a vida. Dessa forma, é o docente quem faz a mediação entre os saberes da criança e o conteúdo a ser apresentado e colabora para respaldar ou complementar uma ideia que o aluno apresenta. Saber observar é a chave para uma avaliação realmente formativa. E para observar bem é preciso ter dois olhares: o de pesquisador e o de vigilante. Segundo SOUZA (2004), o conceito de avaliação de aprendizagem, que tradicionalmente tem como alvo o julgamento e a classificação do aluno, necessita ser redirecionado, porque a competência ou incompetência do aluno resulta, em última instância, da competência ou incompetência da escola.

A avaliação no processo de ensino aprendizagem dentro do âmbito escolar, não deve restringirse a um processo isolado, mas um processo de trabalho, a uma construção histórico-crítica do processo

www.primeiraevolucao.com.br

Ano III - N° 32 - Setembro de 2022 - ISSN: 2675-2573

EVOLUÇÃO 61

de aprendizagem. Pensar em educação no momento histórico atual exige adentrar as peculiaridades especificidades próprias da etapa da educação e nesse processo a avaliação torna-se um instrumento importante de aprendizagem.

A NECESSIDADE DE UMA ORGANIZAÇÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

O Parecer do Conselho Federal da Educação estabelece que o sistema de avanços progressivos implica na adequação dos objetivos educacionais à potencialidade de cada aluno, agrupando por idade e avaliando o aproveitamento do educando em virtude de suas capacidades. Dessa forma, a reprovação não se faz necessária, ela não existe no processo. A aprendizagem do discente é enxergada como um objeto de crescimento, através de avanços progressivos ao longo do caminho; o aproveitamento escolar independe do ciclo de aprendizagem do aluno, não importando o quanto de tempo número que a criança frequenta a escola. Utilizando como referência a legislação que normatiza o ensino institucionalizado, nota-se que a possibilidade de organização não seriada do ensino está posta desde 1961, prevendo a permissão para organização de cursos ou escolas experimentais com currículos, métodos e períodos escolares próprios.

A visão de uma organização do ensino pedagógico em moldes que impulsione a ruptura com uma prática classificatória de avaliação, é apresentada de modo mais claro na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9.394/96, quando são indicadas diferentes alternativas de organização do ensino básico, assim expressas em seu artigo 23. Dessa forma, a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim a recomendar. Como se vê, são apresentadas alternativas à organização anual em séries, implantando formas de atendimento escolar que venham a responder de modo mais adequado ao processo de desenvolvimento do aluno, a organização seriada, os mecanismos de reclassificação dos alunos e de progressão parcial, e que é expresso no parágrafo primeiro do artigo 23 e nos incisos II e III do parágrafo 24. Para apreciação de viabilidade das alternativas de organização propostas, na qual se incluía organização em ciclos, cabe verificar quais iniciativas serão tomadas no âmbito dos executivos estadual e municipal que sejam mobilizadoras de mudanças. Para SILVA (2001), no caso dos ciclos, além de decretar a sua implantação, é necessário que sejam criadas circunstâncias de trabalho que favorecam aos profissionais da escola, alunos e pais uma reflexão coletiva e a construção de novas propostas capazes de garantir que uma medida potencialmente tão valiosa garanta a democratização do ensino, o autor argumenta ainda, que é possível verificar que o sistema de avanços progressivos, para ser implementado exige a disponibilidade de uma série de recursos, entre eles: infraestrutura da escola que permita a formação de diversos agrupamentos de alunos, considerando os diferentes níveis de aproveitamento escolar apresentados.

O processo de avaliação é uma tarefa difícil para o educador, por ser um assunto que gera controvérsias entre alunos, professores, diretores e outros indivíduos ligados direta ou indiretamente ao processo de ensino aprendizagem. As posições são geralmente radicais: alguns defendem a avaliação como se ela significasse a solução de todos os problemas educacionais; outros atacam, pedem seu fim; desconsiderando seu importante papel de informação e orientação para a melhoria do ensino. Um educador deve se conscientizar das implicações filosóficas-políticas que permeiam o processo avaliativo em uma perspectiva inovadora da avaliação no que diz respeito à questão da melhoria da qualidade do ensino. Atualmente avaliar é confundido com medir, uma métrica do melhor e o pior, talvez pela própria origem histórica da avaliação, o uso da avaliação vem de longa data. Por meio da EBEL – Encontro Baiano dos Estudantes de Letras (2001) tem-se o relato sobre a presença de exames avaliativos já em 2.205a.C. Nesta época, o imperador chinês examinava seus oficiais a cada três anos, com o fim de promovê-lo ou demiti-los. O regime competitivo da China Antiga tinha como propósito principal promover o Estado com homens capacitados.

A criação do sistema de avanços progressivos, que é uma possibilidade dada pela legislação, no qual o aluno caminha de acordo com a sua capacidade, resulta na extinção da série e ciclos e, em decorrência, da consequência classificatória do processo de avaliação. Vale mencionar que no referido parecer são indicadas várias condições a serem observadas para que tal sistema seia implantado com êxito: agrupamento de alunos; segundo critério conjugado de idade cronológica e nível de progresso (aproveitamento escolar); avaliação contínua dos alunos pelo professor e aplicação de diferentes meios de verificação de aprendizagem: existência de programas diferenciados de acordo com os grupos de alunos, programas graduados que promovam a diversificação do ensino; capacidade de adaptação da escola ao nível de desenvolvimento de seus alunos. Além destes, numa análise mais detalhada, muitos outros recursos poderiam ser apontados como necessários para a viabilização do sistema de avanços progressivos. Podemos notar que por um lado, é importante que a legislação abra a possibilidade de uma organização do sistema escolar em regime não seriado, no qual a avaliação não desempenharia um papel classificatório, por outro lado, registra-se que algumas das condições que a própria legislação expôs para sua implantação indicam quão distantes estavam das reais necessidades existentes na rede escolar pública do Brasil.

O professor é um instrumento importante para o processo de ensino aprendizagem dos alunos, e constitui uma referência para a formação do seu autoconceito, a maneira como se relaciona com seus alunos é fundamental para que se sintam inteligentes e capazes. Tais referências ajudam os alunos a tomar consciência de sua própria aprendizagem e a usar com mais segurança os conhecimentos de que se apropriaram. Nesse espaço, cabe ao professor, o papel de ajudar os alunos a falar de si, emitir opiniões sobre os acontecimentos e explicitar suas hipóteses explicativas nas situações de aprendizagem. É preciso construir uma relação com os alunos e entre eles de forma a criar um ambiente na qual todos sejam respeitados em suas diferenças, não permitindo que seja criado um ambiente de animosidade; mas que possam estar atentos, ouvindo suas ideias com atenção, fazendo com que todos participem das atividades propostas.

A avaliação no processo de ensino aprendizagem apresenta diferentes funções, sendo duas delas predominante nesse processo; a diagnóstica e a classificação. Da primeira, a avaliação diagnóstica pressupõe-se a ideia de que permita ao professor e ao aluno detectar os pontos fracos e extrair as consequências pertinentes sobre colocar posteriormente a ênfase do ensino e da aprendizagem. A segunda, a avaliação classificatória tem por efeito hierarquizar e classificar os alunos. A avaliação pedagógica é usada em parte como uma afirmação da primeira opção, mas é empregada fundamentalmente para a segunda. O significado principal é o de perseguir o envolvimento do aluno, sua curiosidade e comprometimento sobre o objetivo de conhecimento, refletindo juntamente com o professor sobre seus avanços e suas dificuldades, buscando o aperfeiçoamento de ambos.

Durante esses processos de avaliações, deixamos de formar um profissional competente se insistirmos na manutenção de uma prática de avaliação classificatória, aquela comprometida apenas com resultados numéricos, precisos, terminais. Nessa etapa deixamos muitas vezes de auxiliar o aluno a resolver suas dificuldades a avançar no seu conhecimento, para SAVIANI (2000, p.41), é possível afirmar que o caminho do conhecimento é perguntar dentro da cotidianidade do aluno e da sua cultura; mais que ensinar é aprender um conhecimento, é preciso concretizá-lo no cotidiano, questionando, respondendo, avaliando, num trabalho desenvolvido por grupos e indivíduos que constroem o seu mundo e o fazem por si mesmos. A imagem que uma pessoa tem de si é, em grande parte, formada com base na maneira como ela é vista pelo outro com quem convive; e a opinião do outro tem influência proporcional ao valor que ele tem de nossa vida. Assim, quando pessoas que são importantes para nós nos elogiam, sentimo-nos encorajados a enfrentar desafios, fortalecendo nossa autoimagem.

O PAPEL DO ALUNO NA AVALIAÇÃO FORMATIVA

No processo de avaliação formativa, o aluno tem um papel diferenciado daquele que lhe é dado nas formas convencionais de avaliação. Qual é o papel dele nesse processo? É o de ser construtor, avaliador e regulador de seu aprendizado, a autonomia. Na verdade, uma soma de competências que o torna protagonista de sua formação. Mas, como a avaliação formativa proporciona esse autocontrole ao aluno? A avaliação formativa é uma ação multifacetada, na qual cada aluno é analisado respeitandose suas diferenças individuais. Isso significa que os pontos fortes e fracos dos alunos, em cada assunto, são observados, analisados e avaliados. No que diz respeito à avaliação formativa, GARDNER (1995) afirma ser necessário auxiliar os estudantes a desenvolver suas habilidades intelectuais, explorando ao máximo as capacidades do indivíduo. Sendo assim, a avaliação formativa deve ser utilizada para informar ao professor quanto o aluno está aprendendo e para informar ao aluno sobre suas capacidades individuais.

A síntese geral desse processo não é o resultado de um único instrumento avaliativo, mas de uma série de avaliações contínuas, isso possibilitará ao aluno conhecer com mais precisão suas deficiências para poder melhorá-las durante o processo de ensino aprendizagem. Vai permitir ao aluno também descobrir como usar suas habilidades para atingir melhores resultados, classificatórios ou formativos. Dessa forma, o aluno pode assim compreender melhor seu desempenho e se conhecer melhor como indivíduo no processo de aprendizagem. Para PERRENOUD (1999) a avaliação formativa permite construir, auto avaliar e regular o aprendizado, sendo este o caminho que o aluno irá percorrer ao saber utilizar os mecanismos da avaliação formativa.

www.primeiraevolucao.com.br

Ano III - N° 32 - Setembro de 2022 - ISSN: 2675-2573

EVOLUÇÃO 63

Nesse sistema de aprendizagem, o aluno torna-se o agente de seu aprendizado, mas isso não exclui a necessidade do educador, o professor é parte importante do processo na avaliação formativa; afinal é ele que quia o aluno na busca do conhecimento. É o professor, que orienta a visão do aluno para analisar os resultados e tomar atitudes com base neles, a observação na avaliação é muito importante. Saber observar é a chave para uma avaliação realmente formativa. Portanto, nesse processo de ensino aprendizagem na avaliação formativa é importante e necessário ter dois olhares: o de pesquisador e o de vigilante. Com o olhar de pesquisador, o professor planeja o que o aluno deve focalizar, baseado na sua ação pedagógica e com o olhar vigilante ajuda o aluno a não procurar focos de problemas já existentes, mas a prever possíveis problemas e necessidades. Portanto, observar bem é ter um olhar pesquisador, um olhar atento, que cerca o foco do problema para se chegar à solução, e o olhar vigilante, é aquele que está sempre atento às faltas e à iminência de falhas no processo pedagógico. Segundo HOFFMANN ((1998), o professor observa, direcionando o foco das suas atenções a esses pontos. Como podemos observar, não é só o aluno que é avaliado durante o processo formativo, mas também existe a necessidade da autoavaliação durante esse período. O bom professor é aquele que se avalia constantemente, aceita a mudança, aprende e prática, ele sabe que é parte importante no processo de ensino e aprendizagem, sabe que precisa construir com seus alunos relacionamentos de confiança. Pois, sem isto, não é possível construir uma aula eficaz, onde ele consiga alcançar os objetivos propostos. No entanto, o focalizar, o olhar em determinada parte do processo não exclui a consciência da multiplicidade de agentes e de ações sobre cada parte, são essas ações, reações e relações por parte do professor, dos alunos e da equipe gestora que com uma atuação em conjunto, onde cada parte é uma engrenagem do processo formativo, conseguirão alcançar os objetivos propostos nas avaliações formativas. Mesmo ao focalizar, o campo de visão deve ser sempre amplo. Portanto, as dúvidas e as questões, os gestos de agrado e desagrado, as conversas com amigos, a autocrítica do educador e a análise de seu desempenho são ferramentas que requerem vigília constante.

O olhar do educador com intenção formativa não procura localizar o erro para ser assinalado, mas para compreendê-lo, buscando suas razões, a fim de alcancar soluções. Assim, o professor procura educar o seu modo de olhar para poder perceber a essência do que acontece nas atividades e poder encaminhar e otimizar as aprendizagens em andamento. Com base nos dados que um olhar pesquisador e vigilante registra, o professor diversifica ritmos, modalidades de atividades, recursos didáticos e formas de expressão. Não basta mais falar. É preciso boas perguntas. Só um olhar didaticamente educado levanta hipóteses para o professor realizar boas perguntas, aquelas perguntas que transformam os enganos, as dúvidas, as incertezas em aprendizado em crescimento humano. Podemos apresentar a avaliação formativa em diversas concepções; sendo a mais utilizada aquela como a avaliação na concepção construtivista, onde nessa concepção construtivista, a avaliação formativa ocorre subjetivamente por meio da autoavaliação, a avaliação é vista de forma qualitativa, preocupando-se tanto com o processo que acaba por desconhecer ou desqualificar os resultados.

A COMPETÊNCIA OU INCOMPETÊNCIA DO ALUNO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E DE APRENDIZAGEM ESCOLAR

A avaliação pedagógica no ensino e aprendizagem escolar constitui um processo de busca de compreensão da realidade do aluno para com a escola, com a finalidade de oferecer subsídios para a tomada de decisões quanto ao direcionamento das intervenções, sejam elas de natureza pedagógica, administrativa ou estrutural. Nessa etapa, Segundo MELCHIOR (1994), a avaliação tem um processo de educação construtivista, a avaliação é um elemento indispensável para a reorientação dos desvios ocorridos durante o processo e para gerar novos desafios ao aluno. O processo deve ser resultado de uma discussão de forma honesta e transparente, entre todos os elementos envolvidos na avaliação. Não basta apontar simplesmente acertos ou erros, sendo isso um procedimento incompleto e insuficiente, que pouco faz crescer ou acrescenta na formação pedagógica do aluno. A competência ou incompetência do aluno no processo de avaliação, resulta em última instância, da competência ou incompetência da escola, não podendo, portanto, a avaliação escolar restringir-se a um de seus elementos avaliativos de forma isolada, pois tal proposição reflete o entendimento de que a escola deve ser avaliada em sua totalidade, ou seja, de todos os elementos integrantes da organização, todos os processos devem ser foco de análise: a atuação do professor e a de outros profissionais da escola; os conteúdos e os processos de ensino. Sem dúvida, além de buscar uma nova direção para as finalidades da avaliação do processo de ensino e aprendizagem, é fundamental ampliar a discussão do processo, construindo uma proposta de avaliação da aprendizagem de todos os integrantes do sistema educativo. No sistema educacional atual, só o aluno é avaliado. Dessa forma, é usual atribuirmos a ele as causas do seu bom ou mau desempenho escolar. Ou seja, de todos os integrantes da escola, só o aluno é sistematicamente avaliado.

Com a avaliação interpretativa e descritiva, o aluno pode durante o processo sanar suas dúvidas com relação ao seu próprio aprendizado e o professor rever seus métodos para melhor ajudá-lo em sua busca do aperfeiçoamento pedagógico. Durante esse processo, cabe ao professor o dever de avaliar o aluno utilizando diversos meios, ao mesmo tempo em que se auto avalia. Isso é a avaliação formativa, pilar do novo conceito de ensino e aprendizagem. Existe atualmente no Brasil, uma crescente necessidade de rever a prática da avaliação educacional, pois o atual quadro no qual se encontra ainda enraizado nos padrões tradicionais burgueses (salvo raras exceções) tal constatação incita que o professor torne o ato de avaliar algo prazeroso, num processo contínuo e, acima de tudo, que a avaliação se constitua num diagnóstico da aprendizagem. Ou seja, temos que mudar nossas velhas verdades e transformálas. A compreensão que temos hoje do processo de ensino e aprendizagem exige outro olhar para o processo de avaliação, que não pode se limitar a ser um procedimento decisório quanto à aprovação ou reprovação do aluno.

Segundo VASCONCELLOS (2001), quando optamos por uma nova postura em avaliação, deverá haver anteriormente uma mudança interna, pessoal de postura do professor. Cabe a nós educadores entender os seguintes questionamentos: por que a avaliação na escola ocupa tanto tempo das reuniões pedagógicas? Nas reuniões de professores? Nos seminários de educação? Nos congressos educacionais? Por que a avaliação tem se apresentado como tema central das conferências e de preocupação de estudiosos da Educação? A resposta para tantos questionamentos, como diz LIBÂNEO (1995), está na participação fundamental em garantir uma gestão democrática da escola, onde todos os envolvidos no processo educacional da instituição estarão presentes tanto nas decisões e construções de propostas, planos, programas, projetos, ações, eventos, como no processo de implementação, acompanhamento e avaliação. O conceito de avaliação nos faz ver suas diversas etapas no processo de aprendizagem, e como poder está associado a ela a participação na construção do saber do aluno. Falar da avaliação no âmbito da educação escolar, no campo da educação de direitos, nos leva a pensar a sua finalidade, o papel social do professor a razão da existência da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo busca mostrar a necessidade dos professores em superarem essa posição individualista que muitos adotam durante o processo de avaliação pedagógica e, possam construir coletivamente novas formas de avaliação do processo de ensino aprendizagem do aluno, partindo para uma avaliação formativa, capaz de colocar à disposição do professor e da equipe escolar informações mais precisas, mais qualitativas, agregar o processo avaliativo à realidade escolar. O processo de avaliação deve ser contínuo, envolvendo um novo paradigma na relação professor e aluno, essa relação deve ser vista como uma relação de apoio e parceria.

Apesar disso, esses olhares pedagógicos não são completos no exercício da escuta. De nada vale olhar atento, quando ao observar, não se escuta o que o outro tem a dizer, não se está disponível e sensível a escutar o outro. O processo de escuta requer um abandono de si, ao conhecer o outro; impõe um desejo, um interesse em encontrar o outro. A compreensão que temos hoje do processo de ensino-aprendizagem exige outro olhar para o processo de avaliação do aluno, que não pode se limitar a ser um procedimento decisório quanto à aprovação ou reprovação do aluno, as razões sociais do que se aprende e o quanto é aprendido, pode gerar novos conhecimentos sobre as leis gerais da natureza. Para uma avaliação verdadeiramente formativa, o educador necessita ter um olhar de pesquisador e de vigilante. Na medida em que têm ficado mais claros os processos de aprendizagem o avanço na compreensão dos mecanismos envolvidos no processo de e a reflexão sobre os desafios impostos pelo mundo contemporâneo indicam a necessidade de considerar concepções mais sistêmicas e complexas no processo avaliativo, no que se refere à construção do conhecimento e à formação humana. Dessa forma, a avaliação da aprendizagem escolar é um meio e não um fim em si mesma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Leis. Decretos. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

FRANCO, C., BONAMIN. Avaliação, ciclos e promoção na educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

GAMA, Zacarias Jaegger. Avaliação na escola de 2º Grau. Campinas: Papirus, 1993.

GARDNER, Howard. Inteligências múltiplas: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

www.primeiraevolucao.com.br Ano III - N° 32 - Setembro de 2022 - ISSN: 2675-2573 HOFFMANN, Jussara Maria Learch. Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. Revista ANDE, 1995.

MELCHIOR, Maria C.: Avaliação pedagógica. São Paulo: Mercado Aberto, 1994.

PELLEGRINI, Denise. É hora da recuperação. Revista Nova Escola. Ed. 154, agosto de 2002.

PESTANA, M. I. O Sistema de avaliação brasileiro. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 79, nº 191, p. 65-73, jan./abr. 1998.

PERRENOUD, Philipphe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

ROMÃO, José Eustáquio, Avaliação Dialógica - Desafios e Perspectiva. São Paulo: Cortez, 1998.

SILVA, Ceris. S. Ribas da Silva. Os ciclos e a avaliação escolar. Presença Pedagógica. Belo Horizonte: Dimensão, v.7. n° 40. jul/ago, 2001.

SOUZA, Sandra Maria Zákia Lian. Avaliação da aprendizagem: teoria, legislação e prática no cotidiano de escolas de 1º grau. Série Idéias nº 8. São Paulo: FDE, 1998.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1993.



Ismenia Maria Pires Vaz

Graduação em Matemática pelo Centro Universitário Sant'Anna, SP, 2003; Graduação em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho, UNINOVE, SP, 2010; Professor de Ensino Fundamental II e Médio em Matemática na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP. Professor de Ensino Fundamental II e Médio na rede Estadual de São Paulo, SEE.



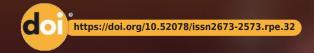
ORGANIZAÇÃO:

Manuel Francisco Neto Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Aline Lima Carvalho Aline Pereira Matias Celestina Silepo Elisângela Oliveira Silva Gabriela Amorim Guerra Bezerra Geni Santana Cardoso Ilda Helena Domiciano Paukoski Ismenia Maria Pires Vaz Jonatas Hericos Isidro de Lima Josefa Bezerra de Meneses Mateus Canivonga e Bela Cadete Neide Benedita de Moraes Rosinalva de Souza Lemes Rubia Mara Requena dos Santos Silvana Trindade de Azevedo Solange Alves Gomes Zaghi Tatiane Pavão Ongaro Borges Vanessa Izidorio de Arruda Domingues





Produzida com utilização de softwares livres















www.primeiraevolucao.com.br











